

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### Texto I – itens de 1 a 12

#### O justo e a justiça política

1 Para os que vivemos a pregar à República o culto da justiça  
 como o supremo elemento preservativo do regímen, a história da  
 paixão, que hoje se consoma, é como que a interferência do  
 4 testemunho de Deus no nosso curso de educação constitucional.  
 O quadro da ruína moral daquele mundo parece condensar-se no  
 espetáculo da sua justiça, degenerada, invadida pela política, joguete  
 7 da multidão, escrava de César. Por seis julgamentos passou Cristo, três  
 às mãos dos judeus, três às dos romanos, e em nenhum teve um juiz.  
 Aos olhos dos seus julgadores refulgiu sucessivamente a inocência  
 10 divina, e nenhum ousou estender-lhe a proteção da toga. Não há  
 tribunais, que bastem, para abrigar o direito, quando o dever se  
 ausenta da consciência dos magistrados.

13 Grande era, entretanto, nas tradições hebraicas, a noção da  
 divindade do papel da magistratura. Ensinavam elas que uma sentença  
 contrária à verdade afastava do seio de Israel a presença do Senhor,  
 16 mas que, sentenciando com inteireza, quando fosse apenas por uma  
 hora, obrava o juiz como se criasse o universo, porquanto era na  
 função de julgar que tinha a sua habitação entre os israelitas a  
 19 majestade divina. Tão pouco valem, porém, leis e livros sagrados,  
 quando o homem lhes perde o sentimento, que exatamente no processo  
 do justo por excelência, daquele em cuja memória todas as gerações  
 22 até hoje adoram por excelência o justo, não houve no código de Israel  
 norma que escapasse à prevaricação dos seus magistrados.

O julgamento de Cristo é o espelho de todas as deserções da  
 25 justiça, corrompida pelas facções, pelos demagogos e pelos governos.  
 A sua fraqueza, a sua inconsciência, a sua perversão moral  
 crucificaram o Salvador, e continuam a crucificá-lo, ainda hoje, nos  
 28 impérios e nas repúblicas, de cada vez que um tribunal sofisma,  
 tergiversa, recua, abdica. Foi como agitador do povo e subversor das  
 instituições que se imolou Jesus. E, de cada vez que há precisão de  
 31 sacrificar um amigo do direito, um advogado da verdade, um protetor  
 dos indefesos, um apóstolo de idéias generosas, um confessor da lei,  
 um educador do povo, é esse, a *ordem pública*, o pretexto, que  
 34 renasce, para exculpar as transações dos juízes túbios com os interesses  
 do poder. Todos esses acreditam, como Pôncio, salvar-se, lavando as  
 mãos do sangue, que vão derramar, do atentado, que vão cometer.  
 37 Medo, venalidade, paixão partidária, respeito pessoal, subserviência,  
 espírito conservador, interpretação restritiva, razão de Estado,  
 interesse supremo, como quer te chames, prevaricação judiciária, não  
 40 escaparás ao ferrete de Pilatos! O bom ladrão salvou-se. Mas não há  
 salvação para o juiz cobarde.

Rui Barbosa. *Obras completas de Rui Barbosa*.  
 “A imprensa”, v. XXVI, tomo IV, 1899, p. 185/91.

Julgue se os itens a seguir resumem ou parafraseiam idéias presentes nos parágrafos indicados do texto I.

- Primeiro parágrafo:** Para Rui Barbosa, o culto à justiça, no curso de educação constitucional republicana em que ele viveu, pregar a religiosidade como o supremo bem é ver na história da paixão uma interferência do testemunho divino.
- Primeiro parágrafo:** A ruína moral da época em que Cristo viveu parece evidenciar-se no espetáculo de uma justiça degradada, invadida pela política de César; vê-se isto nos seis julgamentos pelos quais Cristo passou: em nenhum Ele teve um juiz.
- Primeiro parágrafo:** A inocência divina evidenciou-se aos olhos dos seus julgadores, mas nenhum estendeu-lhe a proteção da toga, o que nos leva a crer que não existem tribunais suficientes para abrigar o direito, quando o dever de ser justo ausenta-se da consciência dos magistrados.
- Segundo parágrafo:** Nas tradições hebraicas, a associação da divindade ao papel do magistrado era grande: uma sentença contrária à verdade afastava o Senhor do povo de Israel; todavia, uma sentença pronunciada com inteireza dignificava o juiz, cuja função de julgar aproximava-se da majestade divina.
- Segundo parágrafo:** Pouco valem leis sagradas, todavia, quando os homens perdem o sentimento do justo por excelência, e passam à prevaricação dos seus semelhantes, magistrados.
- Terceiro parágrafo:** O julgamento de Cristo espelha que a justiça, desde sempre e até nossos dias, é corrompida por facções, por demagogos e por governos, cuja inconsciência e perversão moral, ainda hoje, tanto nos impérios, como nas repúblicas, sofisma, tergiversa, recua, abdica, imola o povo e subverte as instituições que Jesus criou.

Julgue os itens que se seguem, acerca da significação, do emprego, da estrutura e da formação de vocábulos e expressões do texto I.

- Linha 2 – “regímen” equivale a **regime**.
- Linha 9 – “refulgiu” é formado por derivação prefixal, pois tem o sentido de **refugir**, ou seja, fugir de novo.
- Linha 10 – “Lhe” equivale à expressão **a Ele** e se refere a “Cristo” (l.7).
- Linha 17 – “como” introduz uma relação de causa.
- Linha 21 – “cuja memória” denota a circunstância de posse: **memória do juiz**.
- Linha 37 – “Medo, venalidade, paixão” e “respeito” são substantivos, empregados no texto como nomes abstratos.

Julgue o emprego das palavras e a correção gráfica dos seguintes itens.

- 13 Cristo não quis prescindir de um julgamento justo, porém não se resignou em aceitar-se fora da lei dos homens.
- 14 O apostolado de Jesus era ao povo; se sua prédica incorria em crime, deveriam pulular os testemunhos diretos, haja visto que esse era o terreno jurídico.
- 15 A ilegalidade do julgamento noturno — que o direito hebraico não admitia nem nos litígios civeis — agravava-se com o escândalo de testemunhas falsas, aliciadas pelo próprio juiz.
- 16 Pilatos, lavando as mãos na presença do povo, dizendo-se inocente do sangue daquele justo e entregando-o aos crucificadores, agiu como procede a justiça que não se compromete.

### O justo

O treinador reuniu a turma no vestiário e escalou doze: onze e o goleiro. O capitão do time estranhou, avisando que havia gente demais. O técnico, porém, sustentou a escalação:

— Isso é problema do juiz, o teu é jogar e tentar ganhar a partida. E lá se foi o time para o campo.

Cinco minutos de jogo, a torcida começou a gritar, alertando o árbitro: “O Pipira tem doze!”. O árbitro interrompeu a partida, contou os times e deu uma bronca no capitão, que, por sua vez, passou a bola ao treinador:

— Fala co’ home ali.

O juiz foi ao técnico e mandou retirar o excedente. Uma confusão tremenda na pista. O técnico chamou o árbitro para uma conversa em particular. Saíram os dois na direção do centro do campo. A torcida, aos berros, descompunha todo o mundo pelo atraso.

Os dois isolados no grande círculo, o técnico pôs a mão no ombro do juiz e entrou nas explicações:

— O problema é o seguinte: eu sou um homem de cinqüenta anos, estreando na profissão. Eu sou novo aqui na terra. Acontece que, hoje de manhã, o presidente do clube me deu um bocado de nome pra pôr no time. Dois são protegidos do delegado, quatro do comandante do destacamento, o goleiro é filho do gerente do banco, o presidente diz que os dois pontas-de-lança têm que jogar de qualquer maneira. Eu fui escalando, escalando.

— É, mas passou da conta — diz o árbitro, inflexível.

— E eu não sei que passou? Ia ser mais. Por sorte, o sobrinho do prefeito amanheceu com o pé inchado e pediu ao tio para não jogar. Se não, entravam treze.

— Bom, mas para começar o jogo, o senhor tem que tirar logo um... — diz o juiz.

— Eu tirar um? Deus me livre. Tire o senhor. Por mim o time joga com doze. Se o senhor está dificultando, vai lá o senhor e tira um, escolhe lá um. O mais que eu posso fazer é colaborar com o senhor. Por exemplo, não tire nem o cinco nem o seis, que dá bolo com o chefe de polícia. E o pior é que agora eu já confundi tudo: não sei mais se o oito é gente do comandante do destacamento ou se é o filho do gerente do banco...

O árbitro encarou o técnico do Pipira, enfiou o apito no bolso e saiu como uma fera:

— Doze contra, comigo, não. Doze contra onze, só se me expulsarem da Liga.

Parou diante do banco dos reservas do Serrinha F. C. e dirigiu-se ao técnico, sentencioso como nunca:

— Carvalho, bota mais um dos teus homens em campo, Carvalho. Eu tenho horror a injustiça.

Armando Nogueira. Internet: <www@filologia.org.br>. Acesso em 12/6/2003 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, quanto à veracidade das afirmativas frente às idéias do texto acima e à correção gramatical.

- 17 **O justo** é um texto narrativo, dialogado, que, pela estrutura discursiva, pode ser classificado como uma crônica esportiva.
- 18 A história transcorre, de início, em local fechado e, por fim, em espaço aberto, frente a um grande número de expectadores.

- 19 O juiz foi ao técnico e mandou-o tirar o excedente com a finalidade de obedecer às regras relativas à quantidade de jogadores titulares em campo.
- 20 A passagem do quinto parágrafo, revela o baixo nível cultural do treinador do time; uma pessoa sem conhecimentos da língua culta.
- 21 O técnico exitou em retirar qualquer um dos jogadores, por não ter critérios que justificassem a exclusão de profissionais de excelente desempenho técnico.
- 22 O conflito instalou-se em campo quando o técnico, subserviente às ordens do dirigente do time, não pôde satisfazer, perante o público, a vontade do árbitro.
- 23 A atitude ao árbitro, para por fim ao impasse, pôde ser associada à máxima da Lei de Talião que diz, “um por todos; todos por um”.
- 24 Designam funções sociais, atuantes no meio esportivo, as seguintes palavras do texto, “treinador”, “técnico”, “juiz”, “atacante”, “torcida” e “pontas-de-lança”.
- 25 Depreende-se do texto que as razões pelas quais houve a escalação do time não foram de ordem técnica, mas, sim, política.
- 26 Infere-se do texto que o técnico recusou-se a escalar treze jogadores, não por estar cometendo uma infração às normas e, sim, por julgar que, com 13 jogadores em campo, poderia “dar azar” e o time perder a partida.

Acerca de redação e correspondência oficial, julgue os itens abaixo.

- 27 Resumidamente, pode-se afirmar que redação oficial é a maneira pela qual o poder público redige atos normativos e comunicações.
- 28 O tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre: da ausência de impressões individuais de quem comunica, da impessoalidade por parte de quem recebe a comunicação, do caráter impessoal do próprio assunto tratado.
- 29 Há três tipos de expedientes oficiais que não se diferenciam muito, nem pela finalidade, nem pela forma: o **ofício**, o **aviso** e o **memorando**.
- 30 Denomina-se **minuta** o instrumento de comunicação oficial entre os chefes dos poderes públicos, notadamente quando enviado pelo chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo para informar sobre fato da administração pública.

## A sorte dos bons

(Salmo 36)

(14) Por mais que os maus queiram ferir, com suas espadas, os justos, pensando em acabar com quem anda pelo caminho do bem, (15) o contrário acontecerá! Suas espadas irão ferir seus próprios peitos, e deles nada restará.

(16) Mais vale o pouco que possui o justo do que as muitas riquezas dos ímpios.

(17) Deus não ouve as lamúrias dos ímpios quando estão doentes, pois a preocupação do Senhor é com os justos.

(18) O Senhor cuida da vida dos honestos, e para sempre durará essa proteção.

(19) Confie, mesmo quando achar difícil. Mesmo passando por humilhações e até fome, aceite seu fardo, pois com a proteção do Senhor, há de passar o pior.

(20) Perceba quanto os maus se enfraquecem e definham e, passo a passo, com a frieza de seus pensamentos, são congelados e esquecidos.

(21) A pessoa que é má pede emprestado e não devolve. O justo, mesmo sentindo-se tolo, é compassivo e divide o que é seu.

Internet: <www.terra.com.br/esoterico>. Acesso em 12/6/2003.

Considerando o sentido literal e contextual dos vocábulos e a estrutura sintática e semântica dos versículos acima, julgue os itens subseqüentes.

- 31 Em (14), “maus” opõe-se a “justos”, assim como “espadas” está para “caminho do bem”.
- 32 Em (15), na construção “Suas espadas irão ferir seus próprios peitos”, há uma relação de reciprocidade.
- 33 Em (16), o termo “justo” é um adjetivo que está no grau comparativo de superioridade.
- 34 Em (17), substituindo-se o objeto direto pelo pronome oblíquo correspondente, é correta a construção: **Deus não as ouve**.
- 35 Em (18), a relação entre as orações do período é de coordenação.
- 36 Em “Confie, mesmo quando achar difícil” (19), há uma circunstância adverbial de concessão e uma de tempo.
- 37 Em (19), “passar o pior” é sofrer humilhações, passar fome e carregar um pesado fardo com a proteção divina.
- 38 Em (20), “os maus” é o sujeito sintático dos predicados cujos núcleos são as seguintes formas verbais: “Perceba”, “se enfraquecem”, “definham” e “são congelados e esquecidos”.
- 39 Em (21), a estrutura sintática revela as seguintes relações semânticas: pessoa justa = tola, compreensiva e altruísta; pessoa má = caloteira e egoísta.
- 40 Perpassa uma visão dualista do comportamento humano em todo o texto e o título resume a ideologia subjacente: os bons merecem sorte.

O Brasil não tem como sobreviver à margem dos blocos comerciais nem pode se recusar a negociar com os Estados Unidos da América (EUA) os termos de funcionamento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Ao contrário, precisa aproveitar o interesse dos norte-americanos pelo mercado brasileiro para obter contrapartidas, inclusive fora do âmbito comercial. Essa é a avaliação de quatro especialistas no assunto reunidos pelo **Jornal do Brasil**. Opinião diferente tem o quinto convidado, o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, para quem “a ALCA, tal como concebida pelo governo e pelos interesses empresariais norte-americanos, acarretaria formidável perda de autonomia na condução de aspectos essenciais da política econômica”.

*Jornal do Brasil*, 29/6/2003, p. A21 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência inicial e considerando as diversas dimensões do tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 41 A multiplicação de blocos econômicos tem sido uma das características mais marcantes do atual estágio da economia mundial, a globalização, assinalado, entre outros aspectos, pela forte competitividade nos mercados mundiais e pelas incessantes inovações tecnológicas.
- 42 Na perspectiva norte-americana, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que engloba as economias norte-americana, canadense e mexicana, funcionaria como um primeiro passo na direção de um bloco efetivamente continental, papel que seria cumprido pela ALCA.
- 43 Prevista para entrar em vigor em 2005, a ALCA propõe a eliminação total de barreiras tarifárias para produtos e serviços dos países integrantes do bloco, ou seja, entre todos os países das Américas.
- 44 Infere-se do texto que os economistas brasileiros, unanimemente, reconhecem a inevitabilidade da ALCA e que, no médio prazo, seus resultados dinamizarão a economia do país.
- 45 De maneira geral, entre os principais interesses comerciais brasileiros, na atualidade, está a liberação dos entraves do mercado norte-americano a produtos orgânicos *in natura* (suco de laranja, algodão, soja, frango) e siderúrgicos (aço) e manufaturados (calçados).
- 46 Relativamente ao mercado brasileiro, o que os EUA mais querem é a derrubada das tarifas de acesso de seus produtos industrializados, além de facilitar a entrada de empresas de serviços, como seguradoras e bancos.
- 47 Quando o texto fala em contrapartidas que o Brasil poderia obter junto aos EUA, ao aceitar a ALCA, citando algo que estaria “fora do âmbito comercial”, possivelmente alude, entre outras situações, a um eventual apoio norte-americano à pretensão brasileira de ocupar um lugar permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

48 Em sua recente visita aos EUA, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi categórico ao afirmar, em plena Casa Branca, que o Brasil não aceita o cronograma de implantação da ALCA e, de forma menos enfática, que seu país dificilmente aceitaria participar desse bloco.

49 Talvez por defender um modelo autônomo de desenvolvimento, o presidente Lula tem demonstrado, clara e reiteradamente, que o Brasil perdeu toda e qualquer esperança de que o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) possa superar suas dificuldades e se afirmar plenamente.

A guerra contra o Iraque é a prova de que não se pode chegar à paz por meio da guerra. Terminada aquela, o FBI alertou para o risco de ações da Al Qaeda. EUA, Reino Unido e Alemanha fecharam suas representações diplomáticas na Arábia Saudita. Em menos de dez dias, houve atentados terroristas em Marrocos e na Arábia Saudita, além de cinco outros em Israel. O desejo de vingança e o medo se espalharam. A nova ordem mundial é de uma ONU desautorizada por uma guerra ilegal. À retrogradação da ONU correspondeu a degradação do governo norte-americano, que invocou a legítima defesa preventiva para atacar o Iraque — como se esse recurso existisse. Nem por isso os norte-americanos são assassinos, como querem os que exercem facilmente o insulto racista e deveriam se lembrar dos milhares de cidadãos que, nos EUA, manifestaram-se contra as armas nucleares.

Betty Milan. *A utopia da paz*. In: *Folha de S. Paulo*, p. A3 (com adaptações).

A partir do texto acima e tendo em vista o assunto que ele focaliza, julgue os itens seguintes.

50 Reino Unido e Alemanha foram os países europeus que mais duramente criticaram a decisão do governo George W. Bush de invadir o Iraque, recusando-se a qualquer forma de apoio à atitude norte-americana, justamente por considerá-la potencialmente geradora de represálias terroristas.

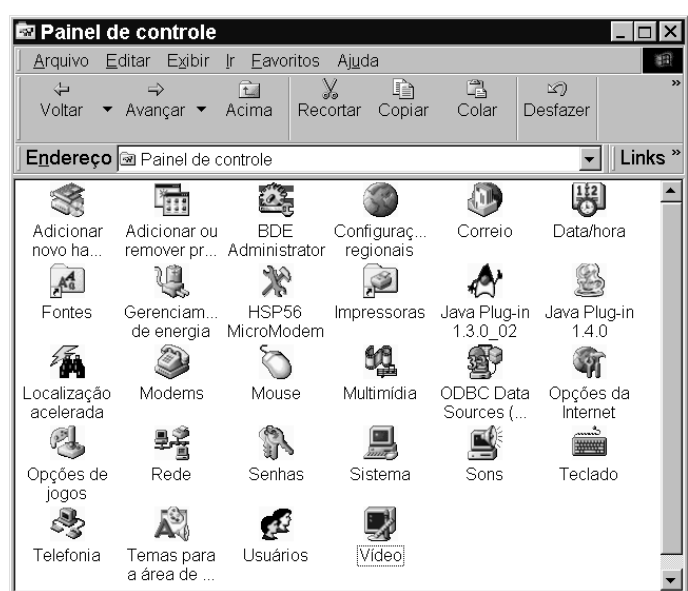
51 Nas entrelinhas, a autora considera que a ONU saiu fortalecida da guerra promovida pelos EUA contra o Iraque. Para ela, a nova ordem internacional necessita de um organismo plurinacional para assegurar o equilíbrio entre os Estados.

52 A tese da “legítima defesa preventiva” passou a ser apregoada pelo governo Bush após os atentados de 11 de setembro de 2001 e, em síntese, justifica ataques a potenciais inimigos dos EUA antes que eles possam agir contra o país.

53 Países como Irã, Iraque e Coreia do Norte são identificados pelo atual governo dos EUA como o “eixo do mal”, isto é, inimigos perigosos, em relação aos quais se justificaria plenamente o uso da força.

54 O texto reitera aquilo que a imprensa já divulgara, ou seja, o maciço apoio da opinião pública norte-americana — traumatizada pelos atos terroristas contra o Pentágono e as torres do World Trade Center —, que sustentou a decisão de Bush em atacar Saddam Hussein e se mantém firme até hoje.

55 A Al Qaeda, citada no texto, é uma organização terrorista que tem no saudita Osama bin Laden sua mais proeminente liderança e sobre a qual recai a suspeita de ter executado o ataque sobre os EUA, em setembro de 2001.




A figura acima ilustra a janela Painel de controle sendo executada em um computador cujo sistema operacional é o Windows 98. Por meio dessa janela, é possível acessar diversas funcionalidades do Windows 98 que permitem ao usuário o ajuste e a configuração de seu computador de acordo com o seu perfil. Com base na figura mostrada, julgue os itens seguintes, relativos ao Windows 98 e às funcionalidades obtidas a partir da janela Painel de controle.

56 Entre os ajustes que podem ser realizados para promover um maior conforto no uso do computador, encontram-se aqueles relacionados ao intervalo de tempo decorrido antes da repetição de um caractere ao manter uma tecla pressionada, bem como a velocidade da repetição do caractere, e ainda ao leiaute do teclado que será carregado na memória do computador sempre que este for inicializado. Esses ajustes




podem ser realizados por meio do ícone Teclado.




57 Por meio do ícone , é possível que se ajuste o contraste, o brilho e a centralização da imagem no monitor do computador.

58 Ajustes relativos à adaptação de programas em língua estrangeira para a língua nacional, de forma que ícones, botões e mensagens de ajuda e advertência estejam em português, apesar de o aplicativo ser de origem estrangeira,



podem ser realizados por meio do ícone .



59 Por meio do ícone , é possível acessar recursos do Windows 98 para a adição de uma nova impressora ao computador.



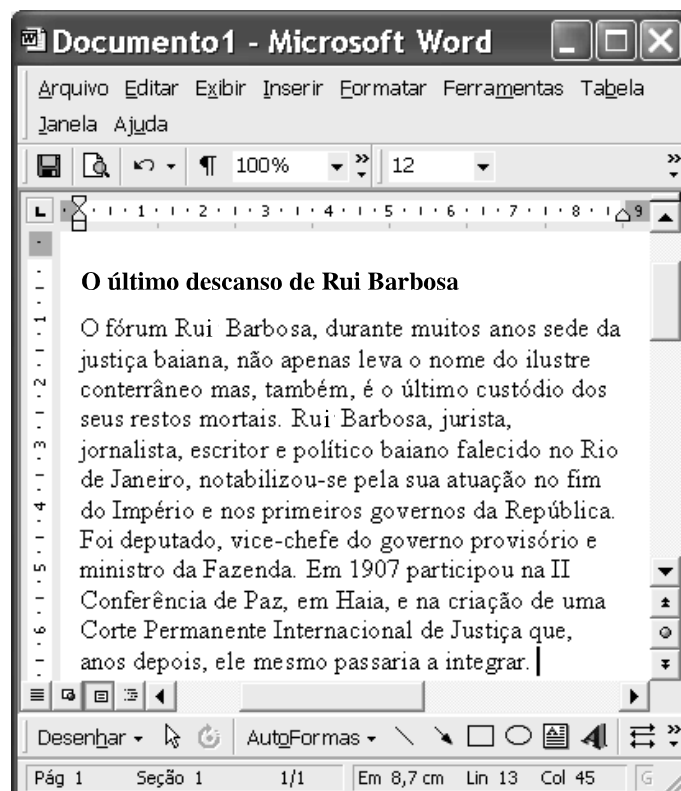
A figura acima ilustra a janela Opções da Internet do Internet Explorer 6.0, executado em um computador cujo sistema operacional é o Windows XP. Com relação a essa figura, ao Internet Explorer 6.0 e ao Windows XP, julgue os itens subsequentes.

- 60 A janela ilustrada acima pode ser obtida por meio do *menu Ferramentas* do Internet Explorer 6.0.
- 61 O URL indicado no campo *Endereço* refere-se à página inicial do Internet Explorer 6.0, que tenta acessá-la toda vez que ele é inicializado.
- 62 Ao se clicar o botão *Excluir cookies...*, será iniciado um processo de exclusão de vírus de computador contraídos em processos de *download* de arquivos pela Internet. Para que esse processo seja realizado com sucesso, é necessário que o computador tenha instalado um *software* antivírus.
- 63 Por meio do botão *Configurações...*, pode-se configurar, ativar e desativar as conexões de acesso à rede *dial-up* e ADSL do computador.

Com relação a conceitos de *hardware* de computadores do tipo PC e de seus periféricos, julgue os itens seguintes.

- 64 Um computador que utiliza um microprocessador do tipo Pentium 3 terá seu desempenho aumentado caso esse microprocessador seja substituído por um outro do tipo 80486.

- 65 Caso a unidade de CD-ROM 56× de um computador seja trocada por uma de 50×, a velocidade de leitura em CDs irá aumentar, apesar de a quantidade de memória contida no CD diminuir.
- 66 Para se conectar um computador a uma rede local do tipo Ethernet, é necessário instalar no computador uma placa de rede adequada.
- 67 As unidades de disco rígido permitem o armazenamento de grandes quantidades de dados. Atualmente, existem discos rígidos que possuem capacidade de armazenamento superior a 30 GB.



Na figura acima, observa-se uma janela do Word 2000 com parte de um texto extraído do sítio <http://www.tj.ba.gov.br>, acessado em 21/6/2003. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, acerca do Word 2000.

- 68 Para se aumentar o tamanho da fonte utilizada no título do documento, é suficiente selecionar esse título e definir o tamanho desejado na caixa de diálogo *12*.
- 69 Utilizando-se uma das opções encontradas no *menu Ferramentas*, é possível salvar o documento em edição em um arquivo do Word existente no disco rígido do computador.
- 70 A aplicação de um clique duplo sobre a palavra “fórum” tem o efeito de selecionar a referida palavra.
- 71 No *menu Editar*, encontra-se uma opção que permite definir o idioma que será utilizado para editar o documento.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O *caput* e o parágrafo 3.º do art. 225, da Constituição da República, ao estabelecerem disposições atinentes ao meio ambiente, preceituam o seguinte:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3.º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.





Determinado estado da Federação editou lei complementar à Constituição da República, cominando as sanções penais e administrativas aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas, em decorrência das condutas lesivas ao meio ambiente.

Com base nas disposições constitucionais e na situação hipotética acima, julgue os itens seguintes.

- 76 O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de que trata o texto, representa a consagração constitucional de um típico direito fundamental de terceira geração; tal geração de direitos, denominados pela doutrina de direitos de solidariedade ou direitos de fraternidade, são assim chamados porque a sua efetividade está vinculada à necessidade de cooperação dos povos e dos países.
- 77 A autonomia das entidades federativas pressupõe repartição de competências legislativas, sendo um dos pontos caracterizadores e asseguradores do convívio no Estado Federal. Assim, na hipótese em apreço, a lei estadual referida está em desarmonia com o princípio da repartição de competências, consectário do princípio federativo, padecendo de vício de inconstitucionalidade, ante a invasão de esfera de competência legislativa da União, a quem compete privativamente legislar sobre direito penal.
- 78 Como corolário do princípio federativo, acolhido pela Constituição Federal brasileira, os estados têm autonomia para organizar-se e reger-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal, sendo-lhes reservadas as competências que lhes são atribuídas por ela, mediante um rol taxativamente enumerado, a exemplo do que ocorre com a União e os municípios.

	A	B	C	D	E
2					
3	tabela dos processos em geral				
4					
5		valor da causa			custas a pagar (R\$)
6					
7	até			46,99	6,91
8	de	47	a	70,59	10,36
9	de	70,60	a	156,63	13,82
10	de	156,64	a	313,25	17,27
11	de	313,26	a	626,50	27,64
12	de	626,51	a	939,76	69,08
13					

Considerando a figura acima, que mostra uma planilha elaborada no Excel 2000, julgue os itens subsequentes, com relação a esse aplicativo.

- 72 Para se formatar a célula B8 para a categoria de moeda com duas casas decimais, é suficiente clicar na célula B9 e, a seguir, clicar .
- 73 Para se somar o conteúdo das células de E7 a E12 e exibir o resultado na célula E13, é suficiente clicar a célula E13; digitar `=SOMA(E7:E12)` e, a seguir, teclar .
- 74 As células de D7 a D12 serão selecionadas caso se realize o seguinte procedimento: clicar a célula D7; pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar a célula D12; liberar a tecla .
- 75 Sabendo que as células de E7 a E13 estão formatadas para moeda com duas casas decimais, caso se selecione as células E11 e E12 e, a seguir, se arraste a alça de preenchimento até a célula E13, então será visualizado um valor igual a 96,72 na célula E13.

**79** O tribunal de justiça do respectivo estado da Federação pode, mediante controle difuso, declarar a inconstitucionalidade de lei, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, deixando de aplicá-la ao caso concreto; todavia, tratando-se de lei complementar à Constituição da República, a lei estadual de que trata a hipótese em consideração não se sujeita ao controle difuso de constitucionalidade exercido pelo tribunal de justiça estadual.

**80** No caso de o Supremo Tribunal Federal (STF) ser instado a apreciar a inconstitucionalidade, em tese, da lei estadual de que trata a hipótese em apreço, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, deverá citar, previamente, o advogado-geral da União, a quem compete defender o ato ou texto impugnado.

O art. 37 da Constituição Federal, inserido no capítulo que cuida da administração pública, em seu inciso VII, estabelece o seguinte: “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”.

O sindicato representativo da categoria dos servidores públicos federais em determinado município, legalmente constituído e em funcionamento há mais de um ano, ingressou na justiça com mandado de injunção, sob a alegação de que a falta de norma regulamentadora estaria tornando inviável o exercício de direito garantido pela Constituição da República em seu art. 37, inciso VII.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

**81** É cabível o mandado de injunção, uma vez que o preceito constitucional que reconheceu o direito de greve ao servidor público civil constitui norma de eficácia meramente limitada, desprovida, em consequência, de auto-aplicabilidade, razão pela qual, para atuar plenamente, depende da edição da lei específica exigida pelo próprio texto constitucional.

**82** O direito de greve outorgado aos servidores públicos civis é considerado direito público subjetivo de primeira geração, cabendo a lei complementar federal definir os termos e os limites do exercício desse direito, os serviços ou atividades essenciais que devem ser preservados, o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, bem como as penas a que se sujeitarão os responsáveis pelos abusos cometidos.

**83** O sindicato acima mencionado tem legitimidade para propor, perante o STF, ação direta de inconstitucionalidade por omissão com o objetivo de tornar efetiva a norma constante do inciso VII supramencionado.

**84** A omissão legislativa mencionada deve ser atribuída necessariamente ao Congresso Nacional, haja vista que é competência privativa da União legislar sobre qualquer matéria atinente a regime jurídico de servidores públicos, independentemente da esfera de governo a que pertençam.

**85** Caso a omissão normativa seja imputada a uma autarquia federal, a competência originária para processar e julgar o mandado de injunção a que alude o texto será do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Uma autarquia de um estado-membro da Federação ingressou com ação no tribunal de justiça do respectivo estado, requerendo a propriedade das terras de determinada área, ante a ocupação mansa e pacífica por mais de vinte anos. Ocorreu, todavia, que se tratava de terreno pertencente a área demarcada, por meio de decreto do presidente da República, como terra tradicionalmente ocupada por uma tribo indígena.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

**86** Tratando-se o autor da ação de entidade autárquica instituída por estado-membro da Federação, detentora de personalidade jurídica de direito público, a Constituição da República somente admite o seu ingresso em juízo mediante autorização constante de lei estadual específica.

**87** As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios incluem-se entre os bens da União, consoante estabelece a Constituição da República; assim, a área objeto do litígio de que trata a hipótese é inalienável, indisponível e insuscetível de usucapião.

**88** A Constituição da República, com a outorga dominial das terras ocupadas pelos silvícolas, atribuída a determinado ente específico da Federação, criou, para este, uma propriedade vinculada, que se destina, entre outras finalidades, a proporcionar às comunidades indígenas as condições necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

**89** De acordo com disposição expressa da Constituição da República, os bens pertencentes às autarquias estaduais são bens integrantes do patrimônio do próprio estado-membro. Todavia, não se inclui na esfera de atribuições jurisdicionais dos tribunais de justiça estaduais o julgamento de conflitos atinentes a bens do estado-membro, quando envolverem interesses da União.

**90** O litígio entre uma autarquia estadual e a União sobre propriedade de terras indígenas diz respeito diretamente ao equilíbrio federativo, sendo, portanto, causa de competência originária do STF, segundo estabelece a Constituição da República.

Julgue os itens a seguir, a respeito dos atos administrativos.

**91** Tanto a revogação quanto a anulação de ato administrativo por vício de legalidade produzem efeitos similares e retroagem à data da prática do ato invalidado.

**92** É assegurado, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. Nesse sentido, o ato administrativo discricionário poderá ser revisto pelo Poder Judiciário quanto ao seu mérito.

**93** O ato administrativo nulo pode produzir seus efeitos enquanto não for declarada sua invalidade em razão da presunção de legitimidade, atributo inerente a todos os atos administrativos.

**94** As condições de validade do ato de polícia são a competência, a finalidade, a forma, a proporcionalidade da sanção e a legalidade dos meios empregados pela administração.

**95** O ato de jurisdição é aquele que manifesta decisão sobre matéria controvertida, resultando, normalmente, da revisão de ato do inferior pelo superior hierárquico ou tribunal administrativo, de ofício ou mediante provocação do interessado. Embora decisório, não produz coisa julgada administrativa no sentido processual mas, sim, preclusão administrativa.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao direito administrativo e aos seus processos administrativos.

- 96** No processo administrativo, a revisão do processo é uma espécie de recurso em que a parte se dirige à autoridade ou ao órgão estranho à repartição que expediu o ato recorrido cuja competência julgadora está expressa em lei específica.
- 97** A sindicância pode ser comparada ao inquérito policial, haja vista dispensar a defesa do sindicado e a publicidade do procedimento quando se tratar de simples verificação de irregularidades para eventual apuração de responsabilidades.
- 98** O princípio da informalidade do processo administrativo dispensa as formas rígidas e os ritos sacramentais. Nesse caso, todos os registros serão feitos de forma sucinta e a ausência de alguma formalidade, mesmo quando determinada em lei, somente acarretará nulidade se houver prova efetiva de prejuízo.
- 99** No processo administrativo, busca-se a verdade material, que se contrapõe à verdade formal existente no processo civil. Tal princípio autoriza, no caso de julgamento em segunda instância administrativa, a *reformatio in pejus*, com a possibilidade de se conceder ao recorrente uma decisão desfavorável em relação àquela alcançada em primeira instância.
- 100** A absolvição criminal por insuficiência de prova do servidor público demitido pela prática de delito funcional é impeditiva da aplicação de penalidade disciplinar administrativa.

Acerca dos poderes do administrador público e da conceituação de administração pública, julgue os itens seguintes.

- 101** Administração indireta, também denominada administração descentralizada, decorre da transferência, pelo poder público, da titularidade ou execução do serviço público ou de utilidade pública, por outorga ou delegação.
- 102** O poder disciplinar é discricionário, pois não está vinculado à prévia definição da lei sobre a infração funcional e a respectiva sanção. Conforme a gravidade do fato a ser punido, a autoridade escolherá, entre as penas legais, a que melhor atenda ao interesse do serviço e a que melhor reprima a falta cometida.
- 103** Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.
- 104** A administração pública é formada pelo conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos do governo, dotada de personalidade jurídica de direito público e incumbida da realização das atividades que reflitam o interesse de toda a coletividade.
- 105** O dever de prestar contas alcança as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária, não alcançando os atos de governo e de administração.

Em relação aos recursos no âmbito do direito processual civil, julgue os itens a seguir.

- 106** Indeferida a denunciação da lide no despacho saneador irrecorrido, poderá a parte, se vier a perder a demanda, pleitear, em preliminar de apelação, que o tribunal reaprecie a matéria.
- 107** Se a sentença proferida julgar procedente a ação e deferir o pedido de antecipação da tutela, então, contra essa decisão, o recurso cabível será o agravo de instrumento.

No que se refere a partes e procuradores, julgue os itens que se seguem.

- 108** A procuração geral para o foro outorgada a advogado o habilita a transigir pela parte e receber, em nome do réu, a citação para o processo.
- 109** Interposto recurso de apelação por advogado contratado pela parte sucumbente, após a prolação da sentença, sem a juntada do instrumento procuratório, deverá o juiz ensejar à parte oportunidade para superar a irregularidade.

A respeito da formação, suspensão e extinção do processo, julgue os itens seguintes.

- 110** Com a suspensão do processo, nenhum prejuízo sofrem os atos processuais anteriormente praticados, que permanecem íntegros e válidos. Os prazos iniciados antes da suspensão não ficam prejudicados na parte transcorrida. Cessada a causa motivadora da paralisação do processo, o prazo se reinicia pelo restante necessário a completar o lapso legal.
- 111** A suspensão do feito sempre depende de decisão judicial que a ordene. Logo, a suspensão só se verifica a partir da publicação da decisão que reconheça a ocorrência do fato motivador da paralisação do feito.
- 112** Durante as férias forenses, os processos ficam suspensos e qualquer ato praticado nesse período só terá eficácia se for ratificado após o término do recesso, dando-se ciência à parte contrária.
- 113** O credor de cheque prescrito, não podendo propor ação de execução, pode valer-se da ação monitória para cobrar seu crédito.

Com referência ao processo de execução, julgue os itens subsequentes.

- 114** A propositura de execução não impede o devedor que não a tenha embargado de discutir seu débito em ação ordinária visando à anulação deste.
- 115** Na execução por quantia certa, deve o credor instruir a petição inicial com a memória discriminada do valor devido e os critérios utilizados no cálculo do *quantum debeatur*.

A propósito de competência, julgue os itens a seguir.

- 116** Propostas por uma mulher duas ações conexas contra o marido, em diferentes locais onde ela possua residência, será prevento o juízo que despachar em primeiro lugar.
- 117** Não existe conexão entre duas ações se uma delas já tiver sido extinta. Assim, não há conexão entre a ação revisional de alimentos e a ação em que os alimentos foram fixados, se esta já tiver transitado em julgado.

Quanto à capacidade processual, julgue os itens a seguir.

- 118** Enquanto não for aberto o inventário, a viúva-meeira e possuidora do imóvel está legitimada para responder a ação de manutenção de posse do mesmo proposta contra os herdeiros do falecido.
- 119** A legitimidade *ad causam* não se confunde com a capacidade de estar em juízo; a primeira é condição da ação, e a segunda, pressuposto processual.
- 120** Não é necessária a nomeação de curador especial ao réu citado por edital que permaneça revel, se contra ele foi proposta ação de execução.



Julgue os itens a seguir, acerca de citações, intimações, atos e prazos processuais.

- 121** Se um réu em processo penal, citado por edital, não comparecer em juízo nem constituir advogado, o magistrado deve suspender o processo e o curso da prescrição, até que seja nomeado defensor dativo.
- 122** A intimação do advogado do querelante deve ser feita por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.
- 123** Denomina-se citação circundada aquela que foi anulada por conter vício insanável.
- 124** Em processo penal, não se computa no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
- 125** Considere a seguinte situação hipotética.  
Mário, recolhido em um presídio localizado em Campinas – SP, em virtude de prisão em flagrante, foi citado por edital para comparecimento à 1.<sup>a</sup> vara de entorpecentes da circunscrição judiciária de Salvador – BA.  
Nessa situação, houve nulidade do ato citatório, que deveria ter sido realizado mediante requisição do preso ao diretor do presídio.

No que se refere a nulidades e recursos em geral, julgue os itens que se seguem.

- 126** A apelação é um recurso residual, que somente será interposto se não houver previsão expressa de cabimento de recurso em sentido estrito para a situação que se quer questionar.
- 127** Os recursos extraordinário e especial são interpostos mediante petições distintas, no prazo comum de quinze dias, perante o presidente do STJ, a quem competirá o exame da respectiva admissibilidade.
- 128** Considere a seguinte situação hipotética.  
Acusado, perante o tribunal do júri, de homicídio triplamente qualificado, João foi condenado em somente duas qualificadoras. Concedido o protesto por novo júri, o conselho de sentença, no segundo julgamento, condenou-o em três qualificadoras.  
Nessa situação, o juiz-presidente poderá impor pena mais grave que a anteriormente cominada, pois não há proibição da *reformatio in pejus*.
- 129** Na hipótese de decretação de prisão preventiva pelo magistrado, é cabível o recurso em sentido estrito.
- 130** Considere a seguinte situação hipotética.  
Um membro do Ministério Público promoveu ação penal contra Dalva. Recebida a denúncia, o magistrado designou o interrogatório, com a citação da ré. Entretanto, verificou-se que o promotor de justiça em questão era casado com a filha do magistrado que presidia o processo.  
Nessa situação, a ré poderá argüir exceção de suspeição, uma vez que está configurada nulidade relativa.

Julgue os itens subseqüentes, a respeito dos princípios constitucionais do processo penal, do inquérito e da ação penal.

- 131** Considere a seguinte situação hipotética.  
Um membro do Ministério Público, ao oferecer denúncia contra Tício, por autoria do crime de roubo, não observou que se encontrava extinta a punibilidade do acusado em decorrência de prescrição.  
Nessa situação, o magistrado deverá rejeitar a peça inicial e declarar o autor carecedor da ação penal, por absoluta ilegitimidade *ad causam* para agir.
- 132** Evidenciada a inocência de indiciado em inquérito policial que apure crime de ação penal pública, o procedimento será arquivado de ofício, mediante despacho do magistrado, sendo desnecessário requerimento de membro do Ministério Público.
- 133** A denúncia deverá conter os elementos essenciais descritos na lei, como a exposição do fato criminoso com todas as circunstâncias, a qualificação do acusado e a classificação do crime, pois, na falta de um deles, o magistrado determinará seu aditamento, sob pena de submetê-la ao crivo do procurador de justiça.
- 134** Tratando-se de crime de ação penal privada, o ofendido terá de formular a queixa, obrigatoriamente, contra todos os autores, co-autores ou partícipes da prática delituosa, em obediência ao princípio da indivisibilidade da ação.
- 135** Considerar-se-á perempta a ação penal quando o querelante, sem motivo justificado, deixar de comparecer a qualquer ato do processo a que deva estar presente.

Com referência à Lei n.º 9.099/1995 — Lei dos Juizados Especiais Cíveis —, julgue os itens que se seguem.

- 136** Nos juizados especiais cíveis, a fixação do valor da causa, para verificação de competência, corresponde ao valor do objeto do pedido.
- 137** Caso o autor de uma causa complexa opte pelo juizado especial e não se desincumba do ônus de provar suas alegações, mesmo valendo-se de um parecer técnico, o juiz deverá extinguir o processo, sem julgamento do mérito.

Com referência à Lei dos Juizados Especiais Criminais, Lei n.º 9.099/1995, julgue os itens a seguir.

- 138** Com o advento da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federais, foi derogada parte da Lei n.º 9.099/1995, passando a ser considerados infrações penais de menor potencial ofensivo os crimes a que a lei comine pena máxima não-superior a dois anos ou multa.
- 139** As decisões interlocutórias tomadas no curso do procedimento são irrecorríveis.

No que concerne à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da justiça federal, julgue os seguintes itens.

- 140** A vara do juizado especial federal tem competência absoluta no foro onde ela for instalada, não se facultando ao autor a escolha pela vara comum, quando a hipótese estiver prevista na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da justiça federal.
- 141** Sentença proferida contra autarquia federal está sujeita ao duplo grau de jurisdição, aplicando-se à autarquia a duplicidade de prazo para recurso.
- 142** É cabível o recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, de decisões proferidas por órgão de segundo grau dos juizados especiais.
- 143** Somente os crimes de entorpecente da competência da justiça federal cuja pena máxima não ultrapasse a dois anos serão processados e julgados no juizado especial federal.

---

À luz do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, julgue os itens seguintes.

- 144** Os vícios de qualidade ou quantidade que tornem impróprio ou inadequado o produto são suficientes para que o consumidor exerça o direito de exigir a substituição das partes viciadas. Não sendo os mesmos sanados no decurso de trinta dias, estará assegurado ao consumidor o direito de exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto por outro da mesma espécie e em perfeitas condições, a restituição da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço avençado.
- 145** É lícita a cláusula que prevê a perda de 30% do valor pago pelo consumidor, a título de multa contratual, em caso de desistência deste no contrato de promessa de compra e venda de imóvel na planta.

---

Nos termos da Lei n.º 7.033/1997, que dispõe sobre o sistema estadual de juizados especiais cíveis e criminais, julgue os itens a seguir.

- 146** A política administrativa e legislativa aplicável aos juizados especiais é exercida pelo presidente do tribunal de justiça estadual.
- 147** A competência para a revisão criminal de decisões condenatórias do juizado especial criminal é do tribunal de justiça.

---

Acerca da Lei n.º 6.677/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, julgue os itens que se seguem.

- 148** Reversão é o ato pelo qual funcionário aposentado reingressa no serviço público, a pedido ou de ofício.
- 149** Será exonerado o servidor que não tomar posse no cargo no prazo máximo de trinta dias, contados da data de publicação do ato de nomeação no órgão oficial.
- 150** O estado da Bahia responderá objetivamente por dano causado a terceiro, por ato omissivo ou comissivo de servidor público estadual no exercício do cargo ou função.



Universidade de Brasília (UnB)